

Lei que estabelece um vencimento mínimo aos professores das redes públicas do país ainda não é aplicada em vários estados; professores de oito estados estão em greve

Professores da rede pública de pelo menos seis estados e de vários municípios estão em greve pela aplicação da lei do piso salarial, ratificada no mês passado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), estão paralisadas as redes públicas de Santa Catarina, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Amapá e de alguns municípios, como Fortaleza e Porto Alegre. Sindicatos do Espírito Santo, do Mato Grosso e de Pernambuco já possuem indicativo de greve para as próximas semanas.

A principal alegação de governos e prefeituras para o não cumprimento do piso é a falta de recursos para o aumento de salários que a lei determina. Além de estabelecer um salário mínimo para a categoria (R\$1.187 neste ano para uma jornada de 40 horas semanais), a lei ([veja aqui](#)) define que o piso será vinculado aos planos de carreira docente e que um terço da jornada de trabalho deve ser destinado a atividades extraclasse, como preparação de aulas e correção de provas.

Em propostas como as de Fortaleza e de Santa Catarina, haverá um “achatamento” dos salários da categoria – na prática, a medida diminui a diferença entre o salário inicial da carreira e o vencimento daqueles que têm maior tempo de trabalho ou especialização. Tanto na capital cearense como em Santa Catarina, os planos propostos não mencionam a reserva de um terço da jornada de trabalho.

Na capital cearense, a prefeitura propôs um “desmembramento” da carreira: os professores de nível médio passariam a ter um plano separado dos graduados, especializados e doutores. Com as medidas, enquanto o aumento para os que ganhavam menos do que o piso chegou a 18%, os docentes que possuem ensino superior receberão um acréscimo de 2%.

Em entrevista ao **Observatório**, o secretário de administração municipal de Fortaleza, Vaumik Ribeiro, afirma que o desmembramento dos planos de carreira é uma “mera questão de técnica legislativa”. Durante a aprovação do projeto na Câmara, nesta terça-feira (7), professores que se manifestavam contra a proposta em frente ao Legislativo foram reprimidos por guardas civis [\(veja matéria completa sobre a negociação no Ceará\)](#)

### Artifícios

Para o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Roberto Franklin Leão, os governos estão procurando formas de tentar burlar a lei. “Não

conheço nenhum município ou estado que tenha falido porque construiu mais escolas e bibliotecas ou pagou melhor os professores. O que estamos assistindo é uma tentativa de buscar artifícios para descaracterizar a lei. Não se faz educação com centavos. É preciso muito investimento”, afirma.

Dados publicados pelo Diário Catarinense comprovam o argumento de Leão. Segundo o jornal, a margem de gasto do governo catarinense com a folha de pagamento poderia aumentar em até R\$ 548 milhões – e sem chegar ao limite máximo. Atualmente, a gestão Raimundo Colombo paga R\$ 146 milhões mensais de salários aos servidores estaduais ([leia mais sobre a situação em Santa Catarina](#)).

Leão também lembra que a lei do piso determina que a União deve ajudar os estados e municípios que não tiverem condições de cumprir o piso. “Pois bem, o governo federal tem R\$ 1 bilhão à disposição e, no entanto, apenas 45 municípios pediram, e sabem por quê? Porque não conseguem provar que gastam com a educação aquilo que é lei”. A Constituição estabelece que estados e municípios devem investir no mínimo 25% dos seus orçamentos na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

Outro argumento usado pelos gestores, de que a lei foi ratificada há pouco tempo, também foi criticada por Leão. “Eles tiveram mais de dois anos pra organizar as finanças e se preparar pra aplicar a lei plenamente. Eles não se prepararam porque achavam que o Supremo ia dar ganho de causa a eles. Agora eles têm que correr atrás do prejuízo”.

**Leia também:**

[Após dois meses de greve, professores de SC iniciam diálogo com governo estadual](#)

[Em Fortaleza, aprovação de novo plano de carreira que achata salário de professores provoca tumulto](#)

[Apesar de avanços na legislação, carreira docente ainda é pouco valorizada](#)

[Conae propõe avançar lei do piso para 1.800 reais; formação inicial de professores deve ser presencial](#)